



Muito barulho para tão pouco

Acordo ortográfico

Linguistas questionam extensão da reforma da língua portuguesa comparada à repercussão em setores como a educação

Jacira Cabral da Silveira

Que, qüi, güe, güi definitivamente viraram nostalgia, matéria de recordação para quem aprendeu a memorizar a sequência para o uso do trema na língua portuguesa. Desde janeiro deste ano até dezembro de 2012, todo brasileiro deverá incorporar em sua escrita as mudanças promovidas pelo Acordo Ortográfico assinado em Lisboa em 16 de dezembro de 1990 e promulgado por decreto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de setembro do ano passado.

Uma das justificativas do acordo para os países que o assinaram, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Brasil, todos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), é a inclusão do Português entre as línguas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), somando-se ao árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo. “O peso político de todos os nossos países vai aumentar se a língua portuguesa tiver uma importância maior”, argumentou o primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, na *I Reunião Extraordinária de Ministros de Educação e Cultura da CPLP*, realizada em novembro de 2008 em Lisboa.

Chefe do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária do Instituto de Letras da UFRGS, Luiz Carlos da Silva Schwindt questiona essa justificativa para a promulgação do acordo. Conforme o linguista, “por que a ONU não optaria por uma versão do português assim como fez com outras línguas”. Por outro lado, ele reconhece o caráter identitário da língua escrita para uma nação: “A língua escrita é estática, dura mais tempo, por isso tem uma dimensão socioeconômica e política muito grande. Ela é uma das expressões de nacionalidade de um povo, assim como a bandeira”.

Unificação? – Outro argumento dos defensores do acordo, e que também gerou críticas, é o tema da unificação. Nesta perspectiva, o setor editorial ampliaria seu mercado, pois uma obra editada no Brasil, por exemplo, poderia ser vendida em Angola sem o atual conflito da falta de uma língua portuguesa universal. “Isso é utópico”, afirmam especialistas como o escritor gaúcho Cláudio Moreno, professor aposentado do curso de Letras da UFRGS e, nos últimos anos, coordenador dos Colégios Leonardo da Vinci Alfa e Beta, de Porto Alegre.

“A ideia de que vamos escrever igual em todos os países de língua portuguesa é utópica, uma besteira”, afirma Moreno. Isso porque a ortografia não reflete pronúncias diferentes. “Estão legislando sobre algo que é muito maior do que eles”, observa. Para o linguista, é impossível impor uma regra para sociedades lusófonas muito distintas.

Schwindt concorda com Moreno; para ele, em torno de 0,5% apenas do vocabulário do português falado no Brasil será alterado, ao passo que em Portugal a mudança será de 1,6%. Quanto à ideia de maior divulgação da literatura brasileira a partir do acordo, o professor da UFRGS diz que isso não vai ocorrer porque não é a gramática que está mudando nem a forma como as frases se organizam (sintaxe), tampouco a forma como as palavras se formam (morfologia): “Nenhum desses aspectos é atingido pela reforma e são esses os que mais importam à compreensão de um texto”.

O presidente da Associação Brasileira dos

Autores de Livros Educativos (Abrale), José De Nicola, também questiona o argumento da unificação, pois em Portugal o Acordo entrará em vigor apenas em janeiro de 2014, e em Angola e Moçambique as discussões mal começaram. Mas nem todos têm a mesma opinião nesse assunto. Conforme a presidente da Câmara Brasileira do Livro, Rosely Boschini, o Acordo é uma ótima oportunidade para o setor ampliar o mercado no exterior. “Além disso, as novas regras podem resolver um antigo problema das editoras: o de ter de adaptar os livros produzidos aqui para o português usado nos diferentes países de língua portuguesa”, observa. Ela salienta ainda que, em todo o mundo, são aproximadamente 247 milhões de pessoas que falam o português.

Aspectos como a sintaxe e a morfologia não foram atingidos pelo Acordo e são os que mais importam à compreensão de um texto

Mercado editorial – Nicola critica a pressão do MEC, que provocou, num curto espaço de tempo, grande volume de trabalho para autores e editores, que tiveram de adaptar ao longo de 2008 as obras inscritas nos programas governamentais e as destinadas ao mercado privado. Segundo estimativa da Câmara Brasileira do Livro (CBL), o custo da adequação pode chegar a R\$ 60 milhões. “A quantidade de alterações representa muito pouco, mas são suficientes para deixar ‘velhos’ milhões de livros”, avalia o dirigente.

Vale lembrar, entretanto, que os livros didáticos representam o principal segmento no mercado editorial brasileiro. De acordo com a presidente da CBL, só em 2006 o setor chegou a R\$ 872 milhões, com cerca de 66 milhões de exemplares vendidos, representando mais de 41% do total do mercado. “O governo federal é

o maior responsável por esses valores. Somente no ano passado, o MEC comprou mais de 120 milhões de exemplares, o equivalente a R\$ 882 milhões”, salienta Boschini.

Vida de professor – Mas a principal repercussão, para Schwindt, será na vida do professor de português. Nem mesmo o aluno sentirá tanto, porque já vinha fazendo subtrações como o trema. “Os professores têm de fazer uma boa reciclagem para se sentirem seguros, até para saber onde pesquisar e qual a direção dessa consulta.” Neste sentido, Moreno lembra que nem mesmo a Academia Brasileira tem material conclusivo, pois as duas edições do dicionário da Academia Brasileira demonstram que nem mesmo Bechara, responsável pelo setor de lexicografia da Academia, tem ainda domínio da matéria.

Como coordenador de uma rede de escolas privadas, Moreno diz que vai orientar os professores a trabalhar as duas grafias durante o período de transição, para que os alunos consigam conviver com a forma antiga em livros, rótulos, etc. Algumas escolas do setor privado estão oferecendo oficinas para professores e para pais dos alunos. As bibliotecas, entretanto, são consideradas as maiores prejudicadas. “Esse é o grande problema”, lamenta o responsável pela Divisão de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado, Jane Graeff, ao lembrar que só no Rio Grande do Sul são 2.700 acervos de bibliotecas escolares que vão ficar defasados. Quanto ao ano letivo de 2009, afirma que a ação máxima da SEC/RS nas escolas de ensino fundamental e médio da rede pública estadual será a divulgação do Referencial Curricular.

Com relação ao Acordo Ortográfico, ela revela que não existe ação alguma da Secretaria, tampouco há previsão: “Não há momento no calendário escolar”, justifica. Caberá aos professores encontrar a forma mais adequada de trabalhar o tema.

Saiba mais

Texto na íntegra do Acordo Ortográfico: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm
Software livre com corretor ortográfico que reconhece variações da nova regra (pág. MEC) www.broffice.org/download



Memória dos acordos ortográficos

- 1911 – Portugal adota a primeira grande reforma ortográfica, mas não foi extensiva ao Brasil.
- 1931 – Assinado primeiro acordo ortográfico entre Brasil e Portugal.
- 1945 – Convenção Ortográfica Luso-Brasileira sem sucesso, porque foi adotada em Portugal, mas não no Brasil.
- 1971 no Brasil e 1973 em Portugal – Promulgam-se leis que reduzem substancialmente as divergências ortográficas.
- 1975 – Nova tentativa de projeto de acordo, mas que não vingou por questões políticas, principalmente em Portugal.
- 1986 – Reunião realizada no Brasil, à qual comparecem pela primeira vez na história da língua portuguesa representantes não apenas do Brasil e de Portugal, mas também de cinco países africanos lusófonos de colonização portuguesa.

Algumas das mudanças

- As letras **K**, **W** e **Y** voltam a fazer parte do alfabeto.
- Supressão do trema (¨) em palavras com **gue**, **gui**, **que**, **qui** (ex: aguentar, arguir, cinquenta, tranquilo).
- Supressão do acento diferencial nas palavras pára/para, péla/pela, pêlo/pelo, pólo/polo e pêra/pera, mas permanece nos verbos pôr e pôde, assim como os usados para diferenciar o plural do singular nos verbos (ex: tem/têm).
- Supressão do acento agudo nos ditongos abertos **ói** e **éi** das palavras paroxítonas (ex: alcaloide, apoia, boia, colmeia).
- Supressão do acento agudo no **l** e no **u** tônicos depois de ditongos em palavras paroxítonas (ex: feiura).
- Supressão do acento circunflexo nas palavras terminadas em **êem** e **ôo(s)** (ex: leem, voo, enjoo).
- Supressão do hífen nas palavras compostas cujo segundo elemento comece com as letras **s** ou **r**, que deverão ser duplicadas (ex: antirracismo, antissocial), e nos casos em que se conjuguem vogais diferentes no final e no começo dos elementos da composição (ex: anti(a)éreo, auto(estrada).

Fonte: página do MEC